

FINANÇAS

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 9641/2017

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 88/2015, publicada no *Diário da República*, n.º 195, 1.ª série, de 6 de outubro criou, na dependência do Ministério das Finanças, a Comissão de Coordenação das Políticas de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo, com a missão de acompanhar e coordenar a identificação, avaliação e resposta aos riscos de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo a que Portugal está ou venha a estar exposto, contribuindo para a melhoria contínua da conformidade técnica e da eficácia do sistema nacional de prevenção e combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo.

Nos termos do disposto no n.º 5 da mencionada Resolução do Conselho de Ministros, esta comissão é presidida por um Secretário de Estado designado pelo membro do Governo responsável pela área das finanças.

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 5 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 88/2015, publicada no *Diário da República*, n.º 195, 1.ª série, de 6 de outubro, designo o Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Dr. António Mendonça Mendes, para presidir à Comissão de Coordenação das Políticas de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo.

24 de outubro de 2017. — O Ministro das Finanças, *Mário José Gomes de Freitas Centeno*.

310872633

Gabinete da Secretária de Estado da Administração e do Emprego Público

Despacho n.º 9642/2017

Ao abrigo do Decreto-Lei n.º 89-G/98, de 13 de abril, foi concedida a Maria Teresa Leitão Catalão Mousinho licença especial para o exercício de funções transitórias na Região Administrativa Especial de Macau, a qual requereu a respetiva renovação, nos termos previstos no citado diploma.

Assim, nos termos e ao abrigo do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 89-G/98, de 13 de abril, em conjugação com a alínea j) do n.º 3 do Despacho n.º 8138/2017, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 181, de 19 de setembro, determino que seja renovada a licença especial para o exercício de funções transitórias na Região Administrativa Especial de Macau, concedida a Maria Teresa Leitão Catalão Mousinho, pelo período de dois anos, com efeitos reportados a 01 dezembro de 2017.

23 de outubro de 2017. — A Secretária de Estado da Administração e do Emprego Público, *Maria de Fátima de Jesus Fonseca*.

310870308

Secretaria-Geral

Aviso n.º 13188/2017

Renovação da comissão de serviço da licenciada Regina das Neves Lopes, no cargo de direção intermédia de 1.º grau, da Direção de Serviços de Inovação e Qualidade

Em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por meu despacho de 27 de setembro de 2017, proferido ao abrigo do disposto no n.º 9 do artigo 21.º e nos n.ºs 1 e 2 do artigo 23.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação dada pela Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro, conjugados com o disposto nos artigos 1.º e 6.º da Portaria n.º 112/2012, de 27 de abril, foi determinada a renovação da comissão de serviço da licenciada Regina das Neves Lopes, no cargo de direção intermédia de 1.º grau, da Direção de Serviços de Inovação e Qualidade, pelo período de três anos, com efeitos a partir do dia 19 de dezembro de 2017, atendendo à avaliação do desempenho daquela dirigente e aos resultados obtidos pela sua unidade orgânica ao longo dos últimos três anos.

27 de outubro de 2017. — O Secretário-Geral do Ministério das Finanças, *Rogério Manuel Aroso Peixoto Rodrigues*.

310883755

Autoridade Tributária e Aduaneira

Despacho n.º 9643/2017

O lugar correspondente ao cargo de chefe de divisão, da Divisão de Gestão da Dívida Executiva (DGDE), da Direção de Finanças do Porto,

ficou vago a 11.05.2017, pelo que se torna necessário prover o cargo, ainda que em regime de substituição.

Assim, até à conclusão do concurso previsto no artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro (alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, com a última redação introduzida pela Lei n.º 128/2015, de 03 de setembro), designo ao abrigo do artigo 27.º da citada Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, em regime de substituição, por vacatura do lugar, no cargo de Chefe de Divisão de Gestão da Dívida Executiva (DGDE), da Direção de Finanças do Porto, o inspetor tributário, nível 2, José Moreira Ferreira Souto, com efeitos a 12 de maio de 2017.

31 de agosto de 2017. — A Diretora-Geral, *Helena Maria José Alves Borges*.

310869556

Despacho n.º 9644/2017

O lugar correspondente ao cargo de chefe de divisão, da Divisão de Inspeção Tributária V (DIT V), da Direção de Finanças do Porto, ficou vago a 11.05.2017, pelo que se torna necessário prover o cargo, ainda que em regime de substituição.

Assim, até à conclusão do concurso previsto no artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro (alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, com a última redação introduzida pela Lei n.º 128/2015, de 03 de setembro), designo ao abrigo do artigo 27.º da citada Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, em regime de substituição, por vacatura do lugar, no cargo de Chefe de Divisão de Inspeção Tributária V (DIT V), da Direção de Finanças do Porto, o inspetor tributário assessor principal, António Rui Azevedo Gonçalves, com efeitos a 12 de maio de 2017.

31 de agosto de 2017. — A Diretora-Geral, *Helena Maria José Alves Borges*.

310868381

Despacho n.º 9645/2017

O lugar correspondente ao cargo de chefe de divisão, da Divisão de Justiça Administrativa e Contenciosa (DJAC), da Direção de Finanças do Porto, ficou vago a 11.05.2017, pelo que se torna necessário prover o cargo, ainda que em regime de substituição.

Assim, até à conclusão do concurso previsto no artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro (alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, com a última redação introduzida pela Lei n.º 128/2015, de 03 de setembro), designo ao abrigo do artigo 27.º da citada Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, em regime de substituição, por vacatura do lugar, no cargo de Chefe de Divisão de Justiça Administrativa e Contenciosa (DJAC), da Direção de Finanças do Porto, a inspetora tributária assessora principal, Cândida Maria Barbosa Pereira, com efeitos a 12 de maio de 2017.

31 de agosto de 2017. — A Diretora-Geral, *Helena Maria José Alves Borges*.

310869686

Despacho n.º 9646/2017

O lugar correspondente ao cargo de chefe de divisão, da Divisão de Inspeção Tributária III (DIT III), da Direção de Finanças do Porto, ficou vago a 18.05.2017, pelo que se torna necessário prover o cargo, ainda que em regime de substituição.

Assim, até à conclusão do concurso previsto no artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro (alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, com a última redação introduzida pela Lei n.º 128/2015, de 03 de setembro), designo ao abrigo do artigo 27.º da citada Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, em regime de substituição, por vacatura do lugar, no cargo de Chefe de Divisão de Inspeção Tributária III (DIT III), da Direção de Finanças do Porto, o inspetor tributário assessor principal, Manuel Fernando Patrício Rocha, com efeitos a 19 de maio de 2017.

31.08.2017 — A Diretora-Geral, *Helena Maria José Alves Borges*.

310868373

Despacho n.º 9647/2017

Tendo sido dado cumprimento ao estabelecido nos n.ºs 1 e 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004 de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, com a última redação introduzida pela Lei n.º 128/2015, de 03 de setembro e concluído o procedimento concursal de recrutamento e seleção para o cargo de Diretor da Alfândega do Aeroporto do Porto, cargo de direção intermédia de 1.º grau, publicitado no *Diário da República* n.º 61, 2.ª série, de 27 de março de